

EDITORIAL

Apresentar o volume 2 da Revista Direito UTP nos propicia grande orgulho e satisfação. Se isso já ocorreria em um contexto de normalidade, de “águas calmas” em que a vida segue regularmente o seu curso, com maior razão acontece diante de um panorama pandêmico, que fragiliza a todos e impõe dificuldades e desafios nunca antes vivenciados.

Fruto de um trabalho conjunto de pesquisadores, docentes e discentes, a Revista Direito UTP apresenta, em sua segunda edição, trabalhos nas mais variadas áreas do conhecimento jurídico e interdisciplinar.

O Prof. Marcos Aurélio de Lima Júnior apresenta o artigo “Desconstruindo mitos sobre o abuso sexual”, no qual faz uma revisão criteriosa de literatura sobre o abuso sexual contra crianças e adolescentes, buscando um diálogo com o filme “O Lenhador”, a fim de desconstruir alguns dos mitos que cercam a temática.

A Prof.^a Fabiana Passos de Melo, juntamente com a discente Karina K. Guatura, realizam uma “Análise Crítica dos fundamentos de decisões do Tribunal de Justiça do Paraná diante da alegação de reserva do possível pela Fazenda Pública”, em que demonstram de forma criteriosa como são embasadas as fundamentações nas decisões do Tribunal de Justiça do Paraná, ante a ausência da prestação de políticas públicas adequadas aos direitos constitucionais, que deveriam ser garantidos pelo Estado.

A Prof.^a Thaís G. Pascoaloto Venturi apresenta o trabalho sobre o “Legal Design Thinking” como uma nova metodologia, a partir da experiência da Universidade de Stanford - pioneira na criação do Legal Design Lab. O tema é abordado multidisciplinarmente, com fundamento na empatia, na colaboração e na experimentação, buscando-se aplicar os princípios do design em prol do desenvolvimento de inovadoras técnicas, procedimentos, estratégias e produtos para atender às necessidades, resolver problemas ou dirimir conflitos entre as pessoas.

O Prof. Jefferson Grey Sant’Anna, juntamente com os acadêmicos Herbiti Amarildo Cavalli Costa e Rodrigo Silva do Nascimento, examinam a “Aplicabilidade da Análise Econômica do Direito em alguns pontos da reforma trabalhista”, demonstrando a inserção da Análise Econômica do Direito como ferramenta valiosa de interpretação e construção de bases jurídicas mais condizentes com a realidade.

O Prof. Claudemir Fonseca Júnior trabalha com a “Arbitragem e mediação como uma ferramenta útil nas disputas de propriedade intelectual”, em que apresenta o direito à propriedade intelectual à luz da lei de arbitragem, abordando os aspectos positivos da Mediação e seus efeitos na resolução de litígios da propriedade intelectual.

A Prof.^a Jéssica Jane de Souza e o Prof. Leonardo Alexandre Fernandes apresentam a “Análise dos aspectos éticos e jurídicos do prontuário odontológico”, pelo qual realizam uma revisão na literatura científica, dos estudos que destacam a importância da correta elaboração dos prontuários odontológicos, sob os aspectos éticos e legais.

A Prof.^a Fabiana Passos de Melo, juntamente com a acadêmica Angélica da Cruz Santana Vilela Braga, apresentam o tema concernente aos “Termos de ajustamento de gestão como instrumento consensual no âmbito do controle externo exercido pelas cortes de contas”, em que analisam o TAG como um instrumento utilizado pelos tribunais de contas para resolução de demandas de forma consensual, ao invés de utilização de práticas impositivas e coercitivas pela administração pública.

A Prof.^a Gabriela Cristine Buzzi, juntamente com o acadêmico Hudson Franklin Pereira Novak, escrevem sobre os “Impactos da pandemia de Covid-19 nos contratos: a fraternidade como fundamento para a relativização dos preceitos contratuais”, em que sustentam que a visão fraterna da realidade, aliada à concepção dos princípios contratuais é essencial para a compreensão da necessidade de adaptação de uma realidade.

O Prof. Rafael Gogola escreve sobre “A contribuição da teoria argumentativa para um direito plural e democrático”, apresentando a teoria argumentativa como um instrumento essencial para uma mudança de perspectiva da teoria jurídica e suas importantes contribuições nessa mudança de paradigma da teoria do Direito.

A Prof.^a Jéssica Jane de Souza e a autora Bruna apresentam o tema referente à “Responsabilidade civil em decorrência da desistência do processo de adoção”, pelo qual analisam a possibilidade de imputar aos adotantes, desistentes da medida durante o estágio de convivência, a responsabilidade de arcar com os prejuízos causados aos adotandos, em face da forma abrupta que desistem da guarda e consequente adoção.

O autor Murilo Miguel Carneiro Rak desenvolve o artigo sobre o “Dano moral coletivo”, no qual trabalha a tutela dos direitos coletivos *lato sensu*, pelo instituto do dano moral coletivo no seu sentido punitivo/sancionador com o fim de efetivar a prevenção e reparação dos danos coletivos, uma vez que se procura dissuadir o ofensor e pela exemplar-inibitória, obstar a conduta ilícita de terceiro.

A Prof. Jéssica Jane de Souza e a autora Camila Vanini escrevem sobre a “Responsabilidade civil nos casos de alienação parental”, no qual demonstram os impactos advindos da prática da alienação parental sobre a vida dos sujeitos envolvidos e analisam as possibilidades de compensação por danos morais sofridos, de modo específico, pelo genitor alienado.

Por fim, fechando a edição da Revista, os Professores Luiz Renato Skroch Andretta, Luiz Eduardo Trigo Roncaglio e Guilherme Henrique Gonçalves apresentam um *estudo de caso* a partir da “Teoria da individualização da pena”, demonstrando como ela se instrumentaliza na prática forense, de modo que, sempre calcada na culpabilidade pelo fato, a dosimetria guarde estreitas relações com a adequação típica da conduta imputada ao acusado.

Descrevendo brevemente as valiosas lições de todos os autores que contribuíram para o volume número dois da Revista Direito UTP, desejamos a todos uma proveitosa leitura.

Inverno de 2021.

Conselho Editorial